PORTO SEGURO: O Compromisso do TJPA com a Infância e Juventude

---

Cristina do Socorro Souza Alves Silva¹
France Santos da Cruz²

O MARCO LEGAL E DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

O direito de crianças e adolescentes, em nosso país, está assegurado na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 227 estabelece que assegurar esse direito é dever da família, da sociedade e do Estado, com prioridade absoluta.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/90 se configura como o principal marco legal fundamental na proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, quando adotou a chamada Doutrina da Proteção Integral, em contraposição à doutrina da situação irregular, que vigorava no país. Essa mudança de paradigma, na qual crianças e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direitos em desenvolvimento, com prioridade absoluta, permitiu significativas mudanças no atendimento de crianças e adolescentes em nosso país.

O entendimento de que é preciso proteger

crianças e adolescentes também está, de forma emblemática, presente na Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa proteção se faz necessária em razão de que crianças e adolescentes estão em condição peculiar de desenvolvimento, e por conta disso, são vulneráveis a diversas formas de violação de direitos como negligência, abuso e diversas outras violências. Diante dessa condição, se torna imprescindível a atuação de instituições como o Poder Judiciário na garantia e retaguarda da proteção dos direitos de crianças e adolescentes.

Mais além de sua atuação como guardião de direitos de crianças e adolescentes, o Poder Judiciário também busca promover a conscientização e a implementação de políticas voltadas para a infância e juventude.

O Projeto Porto Seguro: Ações para a Infância e Juventude é o exemplo categórico de com o judiciário paraense está buscando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e protetora para as novas gerações

¹ Analista Judiciária/Direito
Coordenadora Técnica do Projeto Porto Seguro

² Analista Judiciária/Psicologia
Coordenadora Técnica do Projeto Porto Seguro

O PROJETO PORTO SEGURO: AÇÕES PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), sensível às questões da infância e juventude, institucionalizou o “Projeto Porto Seguro: Ações para a Infância e Juventude”, através da celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 050/2024.

O projeto tem como objetivo desenvolver ações, atividades e práticas restaurativas voltadas à infância e juventude com vistas a promoção e disseminação dos direitos de crianças e adolescentes, em âmbito interno e externo ao TJPA. O público do Projeto são crianças, adolescentes, famílias e profissionais responsáveis pelo cuidado e atendimento de crianças e adolescentes em diversos espaços institucionais como escolas, organizações não governamentais, serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, serviço de execução de medidas socioeducativas e outros.

Desde 2022, o projeto executado pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), visa contribuir com suas ações para a promoção de direitos de crianças e adolescentes, para o combate e prevenção a violência contra crianças e adolescentes assim como para o estabelecimento de espaços de diálogo que promovam a reflexão sobre as vulnerabilidades sociais vivenciadas e a possível elaboração de estratégias de superação, possíveis em seus contextos de vida.

O TJPA, ao executar o Porto Seguro, apresenta de forma concreta, seu compromisso com a infância e juventude em seu território, realizando investimentos concretos na promoção de crianças e adolescentes inseridos em espaços e territórios de grande vulnerabilidade, que vivenciam o acolhimento institucional, o cumprimento de medidas socioeducativas, e a frequência a escolas públicas de bairros com altos índices de violência e outros agravos, como injustiças ou desigualdades, estampando suas dificuldades e limitando suas oportunidades.

DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PROJETO

O Porto Seguro desenvolve ações voltadas

a adoção de práticas restaurativas, ações voltadas ao combate e prevenção a diversas formas de violência, ações de conscientização sobre direitos da criança e do adolescente voltadas às crianças e adolescentes, às famílias e aos profissionais que atuam no atendimento das crianças e adolescentes, nas instituições e espaços que estabeleceram parceria com o TJPA para receber as ações do Projeto Porto Seguro.

Estas ações são realizadas através da execução de palestras de orientação, campanhas de promoção de direitos, rodas de conversa, círculos de diálogo como estratégia de prevenção de violências, aplicação de práticas restaurativas como forma de tratamento de conflitos, oficinas de promoção de direitos e outras ações elaboradas de acordo com a necessidade de crianças e adolescentes, suas famílias e dos profissionais atendidos pelo projeto em cada um dos espaços atendidos.

Como parceiros institucionais do Projeto Porto Seguro, participam a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de Belém (SEMEC), a Fundação Papa João XXIII, de Belém (Funpapa), a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), as organizações não governamentais Centro Espírita Jardim das Oliveiras, Espaço Cultural Nossa Biblioteca e Movimento República de Emaús.

RESULTADOS E IMPACTOS

O Projeto Porto Seguro apresenta os seguintes dados de execução no período de 08/2022 a 04/2025:

- Número de atividades realizadas: 1.794
- Número de pessoas que participaram das atividades: 16.677
- Número de espaços/locais em que as atividades foram realizadas: 80

No período de 2022 a 2024, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), através do trabalho de pesquisa conduzido pela professora Dr^a Nicelma Brito e por três alunas/acadêmicas do Curso de Pedagogia da referida universidade, apontou através de relatório que as representações dos participantes sobre o Projeto Porto Seguro, apresentaram aspectos positivos como o desenvolvimento de autoestima e a promoção de espaços de escuta, assim como desafios como

situações de desconforto e tensões em sala de aula. O relatório também referiu a importância de considerar fatores socioeconômicos e culturais na análise dos resultados, assim como a necessidade de políticas educacionais e culturais mais inclusivas.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O Projeto Porto Seguro, conforme os dados quantitativos e qualitativos apresentados, alcançou excelentes resultados que sustentam sua expressiva atuação como importante iniciativa do TJPA na promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Com a adoção e implementação de uma equipe de facilitadores e facilitadoras, direcionados/as para o desenvolvimento de ações específicas e voltadas a temáticas fundamentais para a infância e juventude, é possível destacar desafios que devem ser enfrentados:

1. Estabelecer maior diálogo e aproximação com as instituições parceiras no sentido de construção de uma cultura menos punitiva e mais compositiva, colaborativa a ser adotada pelos profissionais atuantes nestes espaços;

2. Alcançar maior adesão dos familiares às ações do Projeto com vistas a promoção de orientações que possam contribuir para a superação de vulnerabilidades enfrentadas, assim como a adoção de comunicação e cuidado de natureza mais protetiva e menos punitiva na atenção e convivência com as crianças e adolescentes;

3. Promover o aumento de ações de formação da equipe do Projeto com vistas a habilitá-los/las a devida e efetiva realização/implementação das ações, atividades e práticas restaurativas propostas pelo Projeto, destacando que tais ações de formação alcançam significativo resultado ao longo do tempo. A devida qualificação da equipe possibilita que o Projeto se torne atrativo a profissionais e acadêmicos responsáveis e compromissados com a promoção do direito de crianças e adolescentes, o que permite a construção e configuração de uma equipe qualificada que tem condições de promover o alcance de resultados quantitativos e qualitativos, destacando a iniciativa do TJPA, como pioneira no Brasil.

CONCLUSÃO

Reafirmando a importância do Projeto Porto Seguro como uma iniciativa do TJPA para a promoção dos direitos da infância e juventude no Pará, é importante destacar que a implementação do Projeto se configura como uma das iniciativas do TJPA voltadas a realização de sua missão institucional, qual seja realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional e do incentivo à pacificação social, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

O Projeto também visa contribuir para o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa no Estado do Pará, atendendo as diretrizes programáticas da Resolução nº 225/2016, do Planejamento da Política Judiciária de Justiça Restaurativa, a Resolução nº 470/2022, que instituiu a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); da Resolução 23/2018 do TJPA, das Leis nº 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), nº 12.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e nº 13.257/2016 (Estatuto da Primeira Infância), contribuindo ainda, para a promoção dos objetivos 3, 4, 5, 10, 11, 16 e 17 de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que dizem respeito à saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, redução de desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, paz, justiça e instituições eficazes, parcerias e meios de implementação.

Desta forma, é importante enfatizar o papel que o Poder Judiciário do Pará vem exercendo na construção de uma sociedade mais justa e protetora para as novas gerações.

REFERÊNCIAS

Acordo de Cooperação Técnica - ACT no. 023/2022 TJPA. Disponível em: <<https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1133294>>.

Acordo de Cooperação Técnica - ACT no. 050/2024 TJPA. Disponível em: <<https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1711599>>.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Lei nº 8.069/90. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8069.htm>.

BRASIL. Lei nº 12.594/2012. (Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/12594.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.257/2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>

[ato2015-2018/2016/lei/113257.htm](https://atos2015-2018/2016/lei/113257.htm)>.

Convenção sobre o Direito das Crianças, da Organização Nacional Unidas, 20/11/89, em vigor 02/09/1990.

Resolução CNJ 225/2016. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>>.

Resolução CNJ 470/2022. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4712>>.

Resolução nº 023/2018/TJPA. Disponível em: <<https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=809518>>.